

CDDPH reúne-se sigilosamente para conhecer o que todos sabem

BRASÍLIA — O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana reunido, ontem, sigilosamente, por mais de duas horas, aprovou a criação de um grupo de trabalho do Ministério da Justiça, para examinar o problema da violência e da criminalidade nos grandes centros e constituiu uma comissão do próprio Conselho para acompanhar esses trabalhos. Elegeu ainda o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, vice-presidente do colegiado e Benjamin Morais, representante dos professores de Direito Penal do Conselho.



Sob a presidência do Ministro da Justiça, Petrônio Portella (centro), reúne-se o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

As informações foram prestadas pelo chefe do gabinete do ministro da Justiça, Syleno Ribeiro, que anunciou que Petrônio Portella fará hoje um amplo relato de todos os assuntos examinados na primeira reunião. Os membros do Conselho saíram do Ministério pelo elevador privativo, deixando dezenas de repórteres, cinegrafistas e fotógrafos na ante-sala do gabinete do ministro, onde se realizou a reunião.

Segundo Syleno Ribeiro, o problema do sigilo das reuniões foi colocado e "bem tratado, tanto que eu estou aqui falando com vocês", antes da reunião, os representantes das entidades civis, OAB, ABI e ABE, Seabra Fagundes, Barbosa Lima Sobrinho e Benjamin Albagli, anunciaram que o levantamento do sigilo daquelas reuniões seria a primeira proposta a ser apresentada ao Conselho. Syleno Ribeiro não quis revelar, contudo, nenhum detalhe sobre o assunto, alegando que o ministro Petrônio Portella é que poderia fornecer todos os esclarecimentos necessários.

Syleno Ribeiro informou ainda que ficou enfatizado o propósito do Conselho de proceder à investigação "onde e quando ocorrem atentados contra os Direitos da Pessoa Humana", não esclarecendo, contudo, se isto incluirá a apuração de casos ocorridos em governos anteriores. "Só o ministro pode esclarecer melhor o assunto", reafirmou Syleno.

Um pouco antes do início da reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o senador Orestes Quércia compareceu ao Ministério da Justiça e solicitou ao ministro Petrônio Portella investigações sobre o paradeiro de 47 presos políticos desaparecidos. O documento foi recebido pelo protocolo do Ministério da Justiça, no primeiro andar, e continua os nomes de todos os presos, de acordo com uma relação formulada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia. Além de cópia enviada ao ministro, o senador encaminhou outras três aos conselheiros Barbosa Lima Sobrinho, da Associação Brasileira de Imprensa, Eduardo Seabra Fagundes, da Ordem dos Advogados do Brasil, e Benjamin Albagli, da Associação Brasileira de Educação.

Por outro lado, o jornalista e advogado Lúcio Flavio Uchoa Regueira, primeiro banido a retornar ao país após a revogação do AI-13, entregará hoje aos deputados emedebistas da Comissão de Direitos Humanos, um documento-denúncia de 60 páginas, dos presos políticos do Rio, no qual eles reatam as torturas a que foram submetidos e fornecem uma lista dos mortos e desaparecidos, incluindo novos nomes. Cópia do documento, assinado pelos 15 presos políticos existentes das penitenciárias cariocas, será levada em seguida ao presidente da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, a quem Regueira pedirá o apoio da Igreja na luta pela anistia e liberdade desses presos.

A liderança do MDE na Câmara acredita que na reunião extraordinária da bancada, às 10 horas de amanhã, não haverá outro adiamento a respeito da criação ou não da CPI destinada a apurar violações de Direitos Humanos — já adiada por quatro vezes por falta de "quorum" para deliberações. "Agora vamos decidir" — assegurou Freitas Nobre.

Alguns defensores da CPI, entre os quais os deputados Airton Soares (SP), Edson Khair (RJ) e Jorge Uequed (RS) — todos autênticos — estavam ontem convencidos de que a tendência da maioria da bancada era pela aprovação da CPI. Outra era a opinião dos deputados — também "autênticos" — Roberto Freire (PE), Marcelo Cerqueira (RJ) e Alberto Goldman (SP), o que parecia refletir a posição da maioria do partido.

O presidente do MDB não quis dar sua opinião, sob a alegação de que o problema está colocado para decisão da bancada, Ulysses Guimarães, não vê, entretanto, qualquer incoerência do partido, de não participar do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, porque controlado pelo Governo, e tentar constituir uma CPI que seria também controlada pelo Governo através da Arena.

"A decisão da CPI será adotada pela bancada e se criada será um órgão de investigação da Câmara e, nesse caso, estará em jogo o interesse público e não o de um partido do Governo".